

RESENHA

PONTES, Beatriz Maria Soares; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de (Orgs.). **As cidades históricas do Nordeste brasileiro**. Recife: Ed. UFPE, 2021.

Eduardo Cristiano Hass da Silva¹



10.23925/2176-4174.v1.2024e67124

Recebido em: 09/02/2024.

Aprovado em: 01/06/2024.

Publicado em: 11/06/2024.

As cidades históricas do Nordeste brasileiro

“As cidades históricas do Nordeste brasileiro” é uma obra coletiva, organizada por Beatriz Maria Soares Pontes e por Cláudio Jorge Moura de Castilho. Em relação à primeira, é graduada e mestra em Geografia e doutora em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo. É professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Cláudio Castilho é licenciado, bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutor em Geografia Ordenamento Territorial Urbanismo pela Université de Paris III. Além da organização, ambos dividem a autoria do livro, com outros 11 autores e autoras.

O livro encontra-se estruturado em cinco capítulos que se dividem em subcapítulos. Os autores que contribuíram para o livro são: Andrea Romão; Armando Peres Quintas Neto; Beatriz Maria Soares Pontes; Berthilde Moura Filha; Cláudio Jorge Moura de Castilho; Cristóvão Fernandes Duarte; José Luiz Mota Menezes; Josemary Omena Passos Ferrare; Leila Bianchi Aguiar; Luiz Antônio Cardoso; Otávio Augusto Alves dos Santos; Pedro de Almeida Vasconcelos; Romeu Duarte Júnior.

O capítulo 1, intitulado “Questões teórico-metodológicas referentes à Geografia Urbana Histórica” é o único que conta com um único subcapítulo, “Geografia Urbana

¹ Doutorado em Educação (Unisinos). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3906-5448> E-mail: eduardohass.he@gmail.com

Histórica”, de autoria de Pedro de Almeida Vasconcelos. O capítulo converte-se em uma leitura fundamental para a compreensão da proposta da obra, uma vez que fornece elementos centrais para a compreensão da Geografia Urbana Histórica. De forma geral, o autor apresenta a importância da cartografia de cada época, dos dados estatísticos (como os censos), das mudanças tecnológicas e aparecimento de novas ideias e ideologias para a compreensão do urbano ao longo do tempo. Além disso, o capítulo apresenta uma proposta metodológica para a Geografia Histórica Urbana, pautada em quatro momentos: periodização das longas durações; exame do contexto de cada período em estudo; análise dos agentes mais importantes e análise do desenvolvimento espacial da cidade em cada período.

Na sequência, o capítulo 2, “Cidades capitais do período colonial”, encontra-se dividido em 4 subcapítulos. Em “Salvador (Bahia)”, Luiz Antônio Cardoso apresenta um estudo sobre Salvador. Inicia sua análise com o processo de fundação da cidade pelos portugueses em 1549, analisando a população e a sua distribuição no território, a localização geográfica da cidade, a importância da cidade como polo de redistribuição de mercadorias, a presença holandesa na cidade, entre outros elementos. Além disso, o autor analisa a presença da escravidão na cidade, bem como o processo de urbanização do início do século XX. Por fim, apresenta alguns “aspectos culturais de Salvador”, como a importância da presença africana na cidade, o seu Centro Histórico, as festas de Senhor Bom Jesus dos Navegantes e a da Lavagem do Bonfim, etc.

O segundo subcapítulo, “São Luís do Maranhão (Maranhão)”, é de autoria de Cristóvão Fernandes Duarte. Assim como no subcapítulo anterior, o autor inicia apresentando “A Evolução Histórica do Espaço Urbano”, seguida dos aspectos culturais do município. Inicia sua análise no século XVII, mais especificamente pelas três embarcações que aportaram na costa no Maranhão e pela construção do Forte São Luís, que marcam “as bases fundamentais da nova colônia francesa, agora denominada França Equinocial” (DUARTE, 2021, p. 33). O autor segue com uma análise minuciosa de São Luís no século XVII, atentando para as principais construções, distribuição da população e das construções no espaço urbano, presença holandesa, e ao apogeu econômico da segunda metade do século XVIII. O autor aborda ainda os relatos de viajantes a respeito da importância de São Luís no século XIX, tida como “sendo a quarta entre as cidades brasileiras, com edificações

bem construídas e confortáveis” (DUARTE, 2021, p. 36). Destaca ainda a importância da inscrição do Centro Histórico de São Luís como Patrimônio da Humanidade, pela Unesco, em 1997. Em relação aos aspectos culturais, destaca a importância das festas populares e religiosas, além de procissões religiosas.

Em “Recife (Pernambuco): breve história de uma cidade”, Cláudio Jorge Moura de Castilho e Armando Peres Quintas Neto propõem “recolocar os marcos essenciais inerentes ao processo da evolução urbana em Recife, desde os primeiros tempos da presença europeia no Brasil, até os dias atuais [...]” (CASTILHO; QUINTAS NETO, 2021, p. 40), entendendo o capítulo como uma discussão a respeito do direito à cidade. Os autores propõem entender as análises de transformação a partir do capitalismo, da produção, circulação, distribuição e consumo que transformam a vegetação, solo e pessoas em mercadorias. Nesse processo, identificam a subordinação da natureza e dos povos indígenas ao capital. Dentro do processo de desenvolvimento urbano, destacam que se destroem bens naturais e históricos, identificando a colonização como uma “máquina de moer gente”.

Para a realização das análises, mobilizam o materialismo histórico-dialético e entendem que os períodos históricos que nortearam a estrutura territorial do Recife, podem ser divididos, basicamente em quatro: Brasil Colônia, que ocorreu, sobretudo, durante os três primeiros séculos de invasão e ocupação do território brasileiro; Brasil Império, que aconteceu no curso do processo de independência política do país, com relação a Portugal e dos primeiros ensaios da formação nacional (século XIX); Brasil República, mais precisamente, no período de finais do século XIX, até meados do século XX, em que se consolida o processo de formação nacional e; o período que se estende, desde então, até meados do século XX.

No quarto subcapítulo, “As praias pedem passagem: prelúdio da produção do espaço Praiano do Recife (1840-1950)”, Otávio Augusto Alves dos Santos mobiliza o conceito de espaço praiano para pensar o caso de Recife. A partir da Geografia Física, apresenta e discute os conceitos de praia, litoral, costa, zona costeira e orla, os quais entende que, costumam ser negligenciados e usados de forma equivocada. Além disso, apresenta as modificações históricas em relação ao conceito de praia e dos seus usos sociais deste espaço, que deixa de ser visto como um espaço insalubre e passa a ser entendido como espaço terapêutico e de lazer (séculos XVII e XVIII), entendendo que “a praia é um ambiente natural, mas é também, uma criação histórica”

(SANTOS, 2021, p. 89). Do ponto de vista teórico, o autor destaca que, a Escola dos *Annales* permitiu uma aproximação entre a Geografia e a História, a partir dos estudos de Febvre, Bloch e Braudel que, de alguma forma, auxiliam nas leituras propostas sobre as praias. Ao discutir o uso da praia para os banhos de mar, mobiliza Recife como elemento de suas análises, atentando para a incorporação dos banhos de mar como parte da rotina.

O capítulo 3 é voltado para “As Cidades com Funções Agrícolas para Exportação”, dividido em três títulos. Em “Olinda (Pernambuco)”, José Luiz Mota Menezes apresenta elementos dos diferentes momentos históricos da cidade, encerrando com alguns aspectos culturais de Olinda, atentando especialmente para as ladeiras de Olinda, os grupos de cantores, o carnaval de rua (com bonecos gigantes), o frevo e a música. Em relação ao processo de construção da cidade, inicia suas análises pela possível data de criação do município, 1537. A análise proposta atenta para a presença da Igreja e das diferentes ordens religiosas na cidade (jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos), a presença do barroco e a afirmação da aristocracia do açúcar, as invasões holandesas, para o novo olhar em relação à praia que, no século XIX, interferiu no processo de ocupação do litoral e, também, para a influência que o turismo exerce no município.

O segundo subcapítulo é de autoria de Luís Antônio Cardoso, abordando as cidades de Cachoeira e São Félix, ambas localizadas na Bahia. Em ambas atenta para a Evolução Histórica do Espaço Urbano e para os elementos culturais marcantes. Entende que, tanto a área do município de Cachoeira quanto a de São Félix foram ocupadas pela Coroa Portuguesa como parte de um projeto de conquista e exploração da região do Recôncavo Baiano para a lavoura açucareira. Em relação aos aspectos culturais de ambos os municípios, destaca a importância das festas religiosas, especialmente as de Nossa Senhora da Boa Morte e São João, bem como para as confrarias africanas, com destaque para “os membros da irmandade da Boa Morte [que] são, exclusivamente, mulheres negras que, no período da festa, desfilam com roupas e joias de origem africana” (CARDOSO, 2021, p. 135).

O capítulo encerra com “Marechal Deodoro (Alagoas)”, de autoria de Josemary Omena Passos Ferrare. Em relação à evolução histórica do espaço urbano do município, a autora destaca que o processo de ocupação da região da atual cidade se deu no período Filipino (1580-1640), em um conflito acirrado entre portugueses e os

índios caetés. A região tornou-se um polo de escoamento do açúcar, devido a sua localização geográfica, com o rio Sumaúma. Nesse processo de transformações históricas, destaca a importância dos engenhos, da construção de igrejas (das quais se destaca a igreja de Nossa Senhora do Amparo, erguida pela Confraria dos Homens Pardos). Em relação ao século XX, afirma que:

Sem maiores acontecimentos marcantes em sua história, recebeu em 1939, a denominação de Marechal Deodoro, por Decreto Estadual, comemorativo do quinquagésimo aniversário da Proclamação da República, em uma homenagem prestada ao seu filho notável (FERRARE, 2021, p. 141).

O capítulo 4, “As Cidades de Conquista e Povoamento”, inicia com o título “Porto Seguro (Bahia)”, de Leila Bianchi Aguiar. De forma geral, insere o processo de criação da cidade dentro dos quadros da expansão ultramarina europeia, que levou ao desembarque de Pedro Álvares Cabral e sua frota na região. Analisa a extração do pau Brasil, as primeiras bandeiras, os conflitos com os povos indígenas, a presença das ordens religiosas, as principais construções (igrejas, colégios) e as questões econômicas. Por fim, em relação aos aspectos culturais e sua relação com o turismo, aponta a importância do ano de 1973 (com o decreto que transformou a cidade em monumento nacional), a presença de uma fonte sagrada que atraíaromeiros, venda de artesanato e fabricação de cachaça e rapadura e manipulação de ervas medicinais.

“João Pessoa (Paraíba)”, de Berthilde Moura Filha, analisa a evolução histórica da cidade a partir das ações de povoação do litoral brasileiro pela Coroa portuguesa, no século XVI, com a criação da capitania da Paraíba em 1574. De forma geral, as análises apontam para os conflitos entre os colonizadores e os indígenas, a invasão holandesa, para as construções centrais da cidade (forte, igrejas, Casa de Câmara e Cadeia, logradouros, casa de pólvora, liceus, escolas, teatro, mercados públicos, etc.) em relação às ordens religiosas, destaca a presença dos jesuítas, franciscanos, beneditinos e carmelitas.

Andrea Romão é a autora de “São Cristóvão (Sergipe)” e Romeu Duarte Júnior autor de Icó (Ceará). Ambos seguem a mesma estrutura de alguns dos outros títulos, iniciando o texto com a evolução histórica do espaço urbano e finalizando com os aspectos culturais. Em relação a São Cristóvão, a autora inicia sua narrativa no século XVI, dando atenção às ordens religiosas (jesuítas, beneditinos, carmelitas e franciscanos), aos conflitos com os povos indígenas e às construções importantes

para a então cidade: forte na Barra do Rio Poxim, Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória (jesuítas), Igreja Nossa Senhora do Amparo, da Irmandade do Amparo dos Homens Pardos (1690), igreja e convento Santa Cruz ou Convento São Francisco – franciscanos (1693), mercado (1834). Em relação aos aspectos culturais e o Turismo, destaca a importância da Festa do Senhor dos Passos, na Quaresma, que conta com romarias de penitência e pagamento de promessas. Destaca ainda o processo de beatificação da irmã Dulce e sua relação com o Turismo.

Em “Icó (Ceará)”, Romeu Duarte Júnior destaca algumas particularidades do território cearense, especialmente o fado de ter sido ocupado pelo Sertão, por criadores de gado oriundos de outras regiões do Nordeste, processo que levou à formação das primeiras fazendas, no século XVII. “Icó (“água” ou “rio da roça”, em tupi-guarani) foi criada na primeira metade do século XVIII, a partir de um núcleo preexistente, no momento em que a ocupação da capitania já estava consolidada” (DUARTE JÚNIOR, 2021, p. 172). Assim como em parte dos títulos anteriores, atenta para as primeiras construções da cidade, as mudanças econômicas, etc. Em relação aos aspectos culturais e sua relação com o turismo, destaca a importância do Antigo Mercado Público e dos pequenos comerciantes e artesãos, bem como a gastronomia com pratos típicos: “[...] peixes de água doce, como a tilápia, o tucunaré e a traíra, servidos cozidos ou frios, inteiros ou em postas, com seus devidos acompanhamentos [...]” (DUARTE JÚNIOR, 2021, p. 180), bem como a presença da panelada, a buchada e a carne de sol assada na brasa.

O último capítulo, “As Cidades Histórico-Religiosas do Nordeste”, apresenta três subcapítulos, todos de autoria de Beatriz Maria Soares Pontes. A autora propõe uma introdução aos capítulos que seguem, apresentando os conceitos de espacialidade, espaço cultural, diferentes tempos da cidade, etc. O conceito que parece central é o de espacialidade.

Embora não comprometam toda a obra, os dois títulos que seguem, escritos pela mesma autora, parecem atribuir muitos fatos ao elemento religioso, não à religiosidade, mas ao religioso. Ao trazer narrativas a respeito de milagres e outros episódios, parece entender o sobrenatural ou o divino como interferindo nesses episódios, o que destoia da proposta da obra. Esses elementos levam a fragilidades teóricas, uma vez que não mobilizam os conceitos ou discussões apresentadas no restante do livro.

Em “Bom Jesus da Lapa (Bahia)”, por exemplo, ao falar da Gênese da Fundação do Santuário da Cidade de Bom Jesus da Lapa, lugar de romaria há mais de 300 anos, ao abordar a personalidade de Francisco de Mendonça Mar, que encontrou uma gruta já descoberta pelos bandeirantes que, até hoje, serve como Igreja, a autora apresenta um conjunto de afirmações que, entendo, precisariam ser tensionadas:

Hoje, olhando da perspectiva dos três séculos, sabe-se que Francisco foi chamado por Deus para cumprir uma grande missão: descobrir e organizar o Santuário do Senhor Bom Jesus, no coração do Brasil. Para isso, devia estar livre de todos os laços mundanos, até da própria família e dos parentes. [...] A Gruta do Bom Jesus da Lapa é um lugar privilegiado e escolhido por Deus para nela, de modo especial, santificar com a sua graça, o povo brasileiro, numa região pobre e abandonada (PONTES, 2021, p. 192).

Considerando a proposta do livro, bem como o referencial relacionado à Geografia Histórica Urbana, entendo que, as afirmações carecem de fundamentação, necessitando ser tensionadas. Entendo uma inserção no campo teológico que não condiz com o proposto. Apesar da fragilidade da narrativa, o título encerra com alguns tópicos importantes, especialmente para estudantes de Turismo, no qual são apresentadas as características atuais de Bom Jesus da Lapa, o setor de hospedagens, a presença de comunidades quilombolas, atividades comerciais, pontos turísticos, transportes, estrutura urbana, etc.

Em Juazeiro do Norte (Ceará), lugar “[...] considerado um dos três maiores centros de religiosidade popular do Brasil, juntamente, com Aparecida (SP) e Nova Trento (SC)” (PONTES, 2021, p. 214), entendo que a autora acabe adotando a mesma narrativa religiosa de explicação para o caso de Padre Cícero. As narrativas a respeito dos milagres não são feitas em uma perspectiva histórica ou antropológica, mas como dogmas, como verdades de fé.

No entanto, apesar dessas fragilidades, o texto fornece um conjunto de elementos que podem ser usados, especialmente para profissionais e estudantes de turismo ou que trabalhem com roteiros culturais, especialmente os tópicos sobre: questões recentes que envolvem a cidade de Juazeiro do Norte; infraestrutura urbana; turismo religioso, transporte e segurança. Destaco ainda a importância do levantamento de Centros Culturais e Museus (Memorial Padre Cícero; Museu Vivo do Padre Cícero; Museu Padre Cícero; Museu Monsenhor Murilo).

De forma geral, apesar das particularidades do último capítulo, o livro é uma leitura potente, especialmente para estudantes de Geografia, História, Turismo, Arquitetura ou que, de alguma forma, dialoguem com o urbano. Permite entender nuances do processo de colonização e conflitos com os povos originários das cidades históricas do Nordeste, entender a presença das diferentes ordens religiosas, a formação das capitanias, elementos da economia e os aspectos culturais e sua apropriação pelo Turismo. Por fim, destaco a ausência de cidades do Rio Grande do Norte e do Piauí, estado que ficaram fora da obra. Em edições futuras, os estados poderiam também ser abordados.